

CURRICULUM VITAE
João Pedro Oliveira de Miranda

I

Dados Pessoais

JOÃO PEDRO OLIVEIRA DE MIRANDA

Nascido a 28 de Agosto de 1972

Natural de Lisboa

Contactos profissionais: joamiranda@fd.ul.pt
jmiranda@falm.pt

II

Dados Curriculares

1. Ocupações actuais

- Docente Universitário
- Consultor Jurídico
- Advogado

2. Habilitações Académicas

- Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma tese subordinada ao tema «A função pública urbanística e o seu exercício por particulares», após provas públicas realizadas no dia 3 de Outubro de 2011.
- Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma tese subordinada ao tema «A dinâmica jurídica do planeamento territorial - A alteração, a revisão e a suspensão dos planos», após provas públicas realizadas em 23 de Julho de 2001;
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Menção de Ciências Jurídico-Políticas) (curso de 1990-1995).

3. Experiência Profissional

a) Actividade docente

- Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde Outubro de 2011, leccionando na licenciatura as disciplinas de Direito Administrativo I, Direito Administrativo II e Direito do Ambiente.
- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre Julho de 2001 e Outubro de 2011, tendo leccionado na licenciatura de Direito as disciplinas de Direito do Ambiente Direito Administrativo I, Direito Administrativo II, Direito Comunitário II (Contencioso Comunitário), Direito Público (Direito do Urbanismo), Direitos Fundamentais e Direito Internacional Público.
- Assistente Estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre Outubro de 1996 e Julho de 2001, tendo leccionado as disciplinas de Introdução

CURRICULUM VITAE
João Pedro Oliveira de Miranda

ao Estudo do Direito, Direito Administrativo I, Direito Público (Direito do Urbanismo) e Direito Comunitário II.

- Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 1995/1996, tendo leccionado as disciplinas de Relações Económicas Internacionais e Direito Comunitário I.
- Entre os anos lectivos de 2002/2003 e 2007/2008, regeu, nos Cursos de Pós-Graduação de Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais (Vertente Urbanística) e de Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a disciplina de Direito e Política dos Solos e da Habitação.
- Co-regente da disciplina de Reabilitação Urbana e Tutela dos Centros Históricos no Curso de Pós-Graduação de Direito das Autarquias Locais e do Urbanismo, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, entre os anos lectivos de 2002/2003 e 2010/2011.
- Docente da disciplina de Direito Administrativo no Curso Superior e no Curso Complementar do Instituto Superior Naval de Guerra, entre os anos lectivos de 1998/1999 e 2004/2005.
- Regente da disciplina de Direito nas licenciaturas de Arquitectura, Engenharia do Território e Engenharia do Ambiente no Instituto Superior Técnico, nos anos lectivos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004, e da disciplina de Direito do Urbanismo no Mestrado de Urbanística e Gestão do Território, na mesma instituição, nos anos lectivos de 2003/2004 e de 2004/2005.
- Co-Regente da disciplina de Direito do Urbanismo na licenciatura de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2003/2004.

b) Actividade não docente

- Exercício da advocacia desde Abril de 2002, especialmente nas áreas do Direito Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente, sendo presentemente Associado da Sociedade de Advogados FALM - Ferreira de Almeida e Luciano Marcos & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
- Entre Setembro de 2005 e Junho de 2012, foi vogal da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, designado pelo Governo.
- Entre Junho de 2006 e Dezembro de 2007 participou, na qualidade de representante do Estado português, no Grupo de Peritos que funcionou junto do Comité de Direitos do Homem do Conselho da Europa e que foi responsável pela elaboração da Convenção Europeia sobre acesso aos documentos públicos.
- Adjunto de Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional, entre Novembro de 1997 e Outubro de 1999, tendo desempenhado funções de acompanhamento do processo legislativo governamental.
- Assessor do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza do XIV Governo Constitucional de Dezembro de 1999 a Abril de 2002, tendo desempenhado funções em matéria de política e produção legislativa, preparação da aprovação ou ratificação de instrumentos de gestão territorial e acompanhamento de processos de contencioso jurídico.

CURRICULUM VITAE
João Pedro Oliveira de Miranda

- Adjunto de Gabinete do Ministro da Presidência do XVII Governo Constitucional entre Março e Outubro de 2006.
- Conclusão do estágio de Advocacia em Outubro de 1997.
- Participação na elaboração das normas de instrumentos de planeamento territorial e ambiental em equipas interdisciplinares, desde Abril de 2002.

4. Outros aspectos curriculares

- Membro do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde Outubro de 2011.
- Membro da Comissão de elaboração do regime jurídico das fundações de direito público e de direito privado, presidida pelo Prof. Doutor Rui de Alarcão, em representação do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional.
- Leccionação nos cursos de pós-graduação de Direito do Ambiente e do Urbanismo, de Direito do Trabalho, de Direito da Energia, de Direito do Arrendamento Urbano, de Contencioso Administrativo e de Direito dos Contratos Públicos e de Acesso ao Notariado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Membro da Assembleia de Representantes (ano lectivo de 1991/1992 em representação dos estudantes) e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (anos lectivos de 1992/1993 e 1994/1995 em representação dos estudantes e anos lectivos 1999/2000 e 2000/2001 em representação dos docentes).
- Vogal da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, responsável pelo Pelouro da Cultura, no mandato de 1993/1997.

5. Trabalhos Publicados

- «Intimação judicial para emissão de alvará de licença de construção (anotação ao Acórdão do STA - 1.^a Secção, de 27-2-97, Proc. n.º 41 563)», in Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, n.º 8, 1997, pp. 125 e ss.
- «As relações entre planos territoriais - Alguns problemas», in Revista Jurídica, n.º 22, Março de 1998.
- «Em defesa da inconstitucionalidade do recurso hierárquico necessário», Anotação ao Ac. do STA - Pleno da 1.^a Secção, de 15 de Janeiro de 1997, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 9, 1998, pp. 39 e ss.
- «O papel da Assembleia da República na construção europeia», Coimbra Editora, Coimbra, 2000.

CURRICULUM VITAE
João Pedro Oliveira de Miranda

- «Alterações no decurso do procedimento de formação do Plano director municipal e protecção da confiança», Anotação ao Ac. do STA - 1.ª Secção, de 23 de Fevereiro de 1999, Proc. n.º 44 087, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 20, 2000, pp. 28 e ss.
- «Da recorribilidade do acto de indeferimento do pedido de alteração de pormenor ao PUCS», Anotação ao Ac. do STA - Pleno da 1.ª Secção, de 29 de Junho de 2000, Proc. n.º 40 971, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 26, pp. 44 e ss.
- «A dinâmica jurídica do planeamento territorial. A alteração, a revisão e a suspensão dos planos», Coimbra Editora, Coimbra, 2002.
- «O meu caderno verde. Trabalhos práticos de Direito do Ambiente», AAFDL, Lisboa, 1.ª Edição (2002), 2.ª edição (2005), (em co-autoria).
- «Construção em altura e planeamento territorial - uma perspectiva jurídica», in Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, Volume II, Coimbra, 2006, pp. 355 e ss.
- «O papel dos particulares na execução dos planos territoriais - uma breve abordagem à luz do direito português», in Revista de Derecho de la Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2006, pp. 497 e ss.
- «Património cultural e património ambiental», in Direito do Património Cultural e Ambiental, Sintra, 2006, pp. 83 e ss.
- «Da conformidade da declaração de utilidade pública de expropriação com Plano Director Municipal, Anotação ao Ac. do STA de 18 de Maio de 2004, Proc. n.º 47 693, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 61, 2007, pp. 14 e ss.
- «A ordem de reversão no processo de execução fiscal contra administradores e gerentes de sociedades: acto inserido em processo judicial ou em procedimento administrativo executivo? - Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 160/07, de 6 de Março de 2007», in Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 2, 2008, pp. 229 e ss.
- «O acesso à informação administrativa não procedimental das entidades privadas», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, obra colectiva, Coimbra, 2010.
- «Âmbito dos poderes de controlo governamental no acto de ratificação de planos urbanísticos» - Anotação ao Acórdão do STA de 4 de Junho de 2004, Proc. n.º 797/05, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 89, 2011.
- «A função pública urbanística e o seu exercício por particulares», no prelo.

Lisboa, agosto de 2012